



Domingo de manhã

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ/RS CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

05 — AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL — BLOCO I

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. ATENTE-SE AOS AVISOS CONTIDOS NO QUADRO DA SALA E **AGUARDE O 2º SINAL SONORO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES E INICIAR A PROVA.**

2. Seus **pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal**, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER MATERIAL NÃO PERMITIDO EM EDITAL É EXPRESSAMENTE PROIBIDA, **ACARRETANDO A SUA IMEDIATA EXCLUSÃO DO CERTAME.**

3. APÓS O 2º SINAL, CERTIFIQUE-SE DE QUE:

- ESTE CADERNO DE QUESTÕES CONTÉM **40** QUESTÕES LEGÍVEIS;
- ESTE CADERNO DE QUESTÕES REFERE-SE AO **NÚMERO E AO CARGO** PARA O QUAL REALIZOU A INSCRIÇÃO;
- OS FISCALIS INFORMARAM CORRETAMENTE O **TEMPO PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE 03 HORAS.**

4. Cada questão oferece **5 alternativas** de respostas, representadas pelas letras **A, B, C, D e E**, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.

5. O CANDIDATO **DEVE ASSINAR** A(S) SUA(S) FOLHA(S) DEFINITIVA(S) DE RESPOSTA(S), **SOB PENA DE ELIMINAÇÃO.**

6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.

7. **Haverá o toque do 3º sinal sonoro de encerramento das provas**, conforme controle do quadro de sala.

8. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.

9. **A RESPONSABILIDADE REFERENTE À INTERPRETAÇÃO DOS CONTEÚDOS DAS QUESTÕES É EXCLUSIVA DO CANDIDATO.**

10. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.

11. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

Controle de
QUALIDADE
Fundatec



V1_15/12/2025 12:19:56

Eco
Friendly

A Fundatec utiliza papel
com certificação florestal
e tinta biodegradável.

Concursos
fundatec
ISO 9001

Recessão de relacionamentos

Por Mário Corso

01 O título acima _____ de um artigo da revista *The Economist* (*The relationship*
02 *recession*). Ele aborda o declínio global de relacionamentos românticos estáveis. Esta tendência
03 remodela a sociedade, o padrão de consumo e, portanto, a economia.

04 Os motivos apontados são dificuldades financeiras e mudanças de prioridade. Os jovens
05 preferem apostar na formação e na carreira, ou mesmo na busca de mais e melhores
06 experiências amorosas, adiando casamento e filhos para um depois que nem sempre vem.

07 São parte da equação os aplicativos de namoro, que criam a cultura da conexão descartável;
08 na qual a abundância de oferta, contraintuitivamente, atrapalha o compromisso.

09 A situação é dramática no Japão e na Coreia do Sul. Nos EUA o número de adultos
10 americanos sem relacionamento estável subiu, em uma década, de 29% para 38%. Lá,
11 considerando adultos jovens (até 35 anos), 50% não têm relacionamentos estáveis. No Brasil,
12 o número de solteiros ultrapassa o de casados desde 2012.

13 A revista aponta entre as causas desse fenômeno a cultura do individualismo, que valoriza
14 a _____ e a liberdade social acima dos compromissos da família tradicional. Nesse caso, eu
15 acrescentaria que o individualismo existe não é de hoje, porém, nós entramos numa fase de
16 hiperindividualismo.

17 Para o sujeito contemporâneo, como tudo que lhe é próprio tem demasiado valor, suas
18 idiosincrasias são seu ser. As falhas deixam de ser imaturidade para se converterem em estilo.
19 Alguém que venha a conviver com outro alguém teria que aturar suas manias, chatices,
20 dificuldades sociais. Funciona como se esse indivíduo estivesse pronto e ninguém pudesse
21 macular seu precioso ego. Quanto maior o ego, menor a plasticidade social.

22 Nessa combinação não existe soma, enxerga-se apenas a suposta subtração de si quando
23 se está num relacionamento. Todavia, amores _____ de experiências contínuas de
24 compreender as diferenças, respeitá-las, e de negociações em que um acrescenta ao outro e se
25 transforma pelo convívio; sem necessariamente produzir o apagamento ou a submissão de
26 qualquer um dos envolvidos. O amor sobrevive daquilo em que ambos vão se transformando
27 juntos. Amar é tornar-se o fruto de um destino vivido a dois. Há premissa mais incompatível
28 com o individualismo do que essa?

(Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/mario-corso/noticia/2025/11/recessao-de-relacionamentos-cmhtr1vh008u013jx873msoe.html> – texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

- I. Nos EUA, há mais solteiros, pessoas sem um relacionamento estável, há mais de uma década.
- II. O autor concorda com os motivos apontados pela revista que ele cita como causas desse fenômeno, mas acentua uma delas, incluindo sua visão pessoal.
- III. O fenômeno descrito pelo texto é da esfera social, portanto, suas consequências são restritas à decisão pessoal dos envolvidos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 02 – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas nos trechos a seguir, retirados do texto.

“O título acima _____ de um artigo”.

“[...] que valoriza a _____ e a liberdade social”.

“Todavia, amores _____ de experiências contínuas de compreender as diferenças”.

- A) provém – autossuficiência – advêm
- B) provém – autossuficiência – advém
- C) provém – auto-suficiência – advêm
- D) provém – auto-suficiência – advém
- E) provêm – autossuficiência – advêm

QUESTÃO 03 – Considerando o sentido original e a correção gramatical, analise as assertivas a seguir sobre propostas de alterações em trechos retirados do texto:

- I. Para fazer a inserção do artigo definido “o” antes de “casamento” no trecho “adiando casamento e filhos para um depois que nem sempre vem”, seria necessária também a inserção de “os” antes de “filhos” para manutenção do paralelismo.
- II. A supressão do artigo definido “os” e da vírgula no trecho “São parte da equação os aplicativos de namoro, que criam a cultura da conexão descartável” não acarretaria mudança de sentido.
- III. A inserção do artigo definido “os” antes de “adultos” em “Lá, considerando adultos jovens (até 35 anos)” não acarretaria incorreção ou mudança de sentido.
- IV. A supressão do artigo definido antes de “número”, no trecho “Nos EUA o número de adultos americanos sem relacionamento estável subiu” não acarretaria incorreção ou mudança de sentido.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 04 – Considerando a frase a seguir, retirada do texto, assinale a alternativa que apresenta uma palavra que poderia substituir o vocábulo “idiossincrasias” sem causar alterações significativas no sentido do trecho em que ocorre.

“Para o sujeito contemporâneo, como tudo que lhe é próprio tem demasiado valor, suas idiossincrasias são seu ser”.

- A) Aflições.
- B) Mazelas.
- C) Peculiaridades.
- D) Tolices.
- E) Totalidades.

QUESTÃO 05 – Considerando o trecho retirado do texto “[...] como se esse indivíduo estivesse pronto e ninguém pudesse macular seu precioso ego”, analise as assertivas a seguir a respeito da palavra “macular”, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Trata-se de um verbo da primeira conjugação que está no infinitivo.
- () Quanto à acentuação tônica, trata-se de palavra paroxítona.
- () Um sinônimo possível para o vocábulo é “desprestigiar”.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – F.
- B) F – V – F.
- C) F – V – V.
- D) F – F – V.
- E) V – F – V.

QUESTÃO 06 – No trecho retirado do texto “Para o sujeito contemporâneo, como tudo que lhe é próprio tem demasiado valor, suas idiossincrasias são seu ser”, a palavra sublinhada introduz a ideia de _____ e poderia ser substituída corretamente por _____, desde que _____ alterações no período.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) comparação – desde que – se façam
- B) comparação – desde que – não se façam
- C) causa – desde que – se façam
- D) causa – uma vez que – não se façam
- E) causa – uma vez que – se façam

QUESTÃO 07 – Considerando o contexto, assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, as classes gramaticais dos vocábulos sublinhados no trecho a seguir, retirado do texto.

“Os jovens preferem apostar na formação e na carreira, ou mesmo na busca de mais e melhores experiências amorosas, adiando casamento e filhos para um depois que nem sempre vem”.

- A) Conjunção – advérbio – advérbio.
- B) Conjunção – advérbio – substantivo.
- C) Conjunção – adjetivo – substantivo.
- D) Preposição – advérbio – substantivo.
- E) Preposição – adjetivo – advérbio.

QUESTÃO 08 – Considerando os trechos a seguir, retirados do texto, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma palavra pertencente à classe dos numerais.

- A) “[...] busca de mais e melhores experiências amorosas”.
- B) “[...] 50% não têm relacionamentos estáveis”.
- C) “No Brasil, o número de solteiros ultrapassa o de casados desde 2012”.
- D) “O amor sobrevive do que ambos vão se transformando juntos”.
- E) “Amar é tornar-se o fruto de um destino vivido a dois”.

QUESTÃO 09 – Considerando os trechos a seguir, retirados do texto, assinale a alternativa na qual o pronome sublinhado expresse sentido de posse.

- A) “As falhas deixam de ser imaturidade para se converterem em estilo”.
- B) “[...] enxerga-se apenas a suposta subtração de si”.
- C) “[...] um acrescenta ao outro e se transforma pelo convívio”.
- D) “Para o sujeito contemporâneo, como tudo que lhe é próprio tem demasiado valor”.
- E) “[...] de experiências contínuas de compreender as diferenças, respeitá-las”.

QUESTÃO 10 – Considerando o trecho retirado do texto “Nesse caso, eu acrescentaria que o individualismo existe não é de hoje, porém, nós entramos numa fase de hiperindividualismo”, analise as assertivas a seguir:

- I. O trecho é formado por quatro orações.
- II. A primeira oração é uma oração principal.
- III. “Porém” é uma conjunção adversativa.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

MATEMÁTICA FINANCEIRA/ESTATÍSTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 11 – Em uma pesquisa sobre a utilização de três sistemas de informação (A, B e C) em uma prefeitura, foram obtidos os seguintes dados:

- 120 servidores utilizam o sistema A.
- 100 servidores utilizam o sistema B.
- 80 servidores utilizam o sistema C.
- 40 servidores utilizam A e B.
- 30 servidores utilizam A e C.
- 20 servidores utilizam B e C.
- 10 servidores utilizam A, B e C.
- 50 servidores não utilizam nenhum dos três sistemas.

Com base nos dados apresentados, o número total de servidores pesquisados é:

- A) 240.
- B) 250.
- C) 260.
- D) 270.
- E) 280.

QUESTÃO 12 – Uma equipe de 5 técnicos, trabalhando 4 horas por dia, monta 80 computadores em 8 dias. Se a empresa contratar mais 3 técnicos (totalizando 8) e todos passarem a trabalhar 5 horas por dia, quantos dias serão necessários para montar 200 computadores, mantendo a mesma produtividade individual?

- A) 5 dias.
- B) 6 dias.
- C) 7 dias.
- D) 8 dias.
- E) 10 dias.

QUESTÃO 13 – O lucro mensal $L(x)$ (em milhões de reais) de uma empresa, em função da quantidade x de produtos vendidos (em centenas de unidades), é dado pela seguinte função: $L(x) = -2x^2 + 20x - 32$. Para que o lucro seja máximo, qual é a quantidade de produtos x que deve ser vendida no período?

- A) 4 centenas.
- B) 5 centenas.
- C) 6 centenas.
- D) 8 centenas.
- E) 10 centenas.

QUESTÃO 14 – Durante uma ecografia, a sonda do equipamento está posicionada a 12 cm de distância de um ponto de interesse no corpo do paciente. O ângulo de inclinação da sonda em relação à superfície é de 30° . Qual é (em centímetros) a profundidade h (distância vertical) do aparelho em relação à superfície?

- A) $6\sqrt{2}$.
- B) $6\sqrt{3}$.
- C) 6.
- D) 8.
- E) 10.

QUESTÃO 15 – Considere as proposições simples abaixo:

- p : "O aplicativo está atualizado".
- q : "O sistema funciona corretamente".
- r : "O usuário recebe notificações".

Supondo que, em determinada situação, as proposições p e r sejam falsas e q seja verdadeira, nessas condições, a proposição composta: $\sim p \wedge (q \rightarrow r)$ possui valor lógico:

- A) Sempre falso.
- B) Sempre verdadeiro.
- C) Falso apenas se q for falso.
- D) Verdadeiro apenas se p for verdadeiro.
- E) Verdadeiro apenas se r for verdadeiro.



QUESTÃO 16 – O Município Gama pretende aplicar parte de seu superávit financeiro em um investimento de renda fixa que apresenta o seguinte fluxo de caixa:

- Data da aplicação (ano 0): saída de R\$ 100.000,00
- Final do 1º ano: R\$ 0,00
- Final do 2º ano: R\$ 0,00
- Final do 3º ano: entrada única de R\$ 133.100,00

Admitindo capitalização anual e considerando apenas esses fluxos de caixa, a Taxa Interna de Retorno (TIR) anual do investimento é aproximadamente de:

- A) 7% a.a.
- B) 10% a.a.
- C) 14% a.a.
- D) 18% a.a.
- E) 22% a.a.

QUESTÃO 17 – Com a utilização de recursos provenientes do Governo Federal, a Prefeitura Municipal de Vale Verde contratou um financiamento de R\$ 200.000,00 junto a um banco público para a construção de uma nova unidade básica de saúde. O contrato prevê prazo total de 2 anos, com juros compostos de 10% ao ano, e as seguintes condições de pagamento:

- Ao final do 1º ano, a Prefeitura pagará R\$ 80.000,00 ao banco.
- Ao final do 2º ano, a Prefeitura quitará todo o saldo devedor remanescente.

Considerando exclusivamente as informações fornecidas e admitindo capitalização anual, qual será o valor total desembolsado pela Prefeitura ao longo do contrato?

- A) R\$ 220.000,00.
- B) R\$ 230.000,00.
- C) R\$ 234.000,00.
- D) R\$ 238.000,00.
- E) R\$ 242.000,00.

QUESTÃO 18 – Sobre os conectivos lógicos negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional e bicondicional, assinale a alternativa correta.

- A) A disjunção exclusiva entre duas proposições é verdadeira apenas quando ambas forem verdadeiras.
- B) A proposição condicional "se P, então Q" é falsa apenas quando P é falsa e Q é verdadeira.
- C) A negação de uma proposição P é logicamente equivalente a afirmar que P é falsa em qualquer circunstância possível.
- D) A conjunção entre duas proposições somente é verdadeira quando ambas forem verdadeiras simultaneamente.
- E) No bicondicional, a proposição composta é verdadeira quando exatamente uma das proposições simples possui o mesmo valor de verdade que a outra.

AUDITORIA

QUESTÃO 19 – Um órgão colegiado contratou um auditor independente para avaliar a adequação das informações divulgadas em relatório anual de desempenho de um consórcio público. O auditor aplicará procedimentos suficientes para reduzir o risco do trabalho a um nível aceitavelmente baixo e emitirá conclusão expressa de forma positiva, conforme os critérios previstos em norma legal específica. Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TA – Estrutura Conceitual, a atividade descrita corresponde a um trabalho de:

- A) Asseguração razoável, pois envolve obtenção de evidências suficientes e conclusão expressa de forma positiva.
- B) Asseguração limitada, em razão de a avaliação envolver indicadores de desempenho sujeitos a maior subjetividade.
- C) Atestação, pois o auditor verificará informações produzidas por parte responsável distinta e expressará conclusão positiva.
- D) Procedimentos previamente acordados, pois a verificação ocorre com base em critérios fixados pelo contratante.
- E) Consultoria, uma vez que a opinião do auditor envolve avaliação de desempenho da entidade.

QUESTÃO 20 – Em trabalho de asseguração sobre indicadores de eficiência administrativa, o auditor verifica que cada entidade avaliou seu desempenho a partir de critérios próprios, que não permitem comparação entre entidades, não cobrem todos os aspectos necessários para avaliar o objeto e não são compreensíveis ao público. Com base na NBC TA – Estrutura Conceitual, conclui-se que os critérios são:

- A) Válidos, por terem sido definidos por órgão regulador, ainda que não sejam comparáveis.
- B) Inadequados, pois não atendem aos requisitos de completude, comparabilidade e compreensibilidade.
- C) Adequados, mas exigem divulgação complementar para viabilizar asseguração.
- D) Ajustados para permitir asseguração limitada, mas não asseguração razoável.
- E) Neutros e, por isso, utilizáveis para conclusão, desde que documentados na íntegra.

QUESTÃO 21 – Segundo lição de Lins (2017), são exemplos de eventos que, se relevantes, acarretam incertezas quanto ao futuro da empresa e que, quando relevantes, demandam a inclusão no relatório:

- I. Existência de incerteza relativa ao desfecho futuro de litígio excepcional ou ação regulatória.
- II. A retirada de algum sócio investidor durante fase pré-operacional.
- III. Grande catástrofe que tenha tido, ou continue a ter, efeito significativo sobre a posição patrimonial e financeira da entidade.
- IV. Multas e restrições judiciais.

Quais estão corretos?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 22 – Segundo Ribeiro e Coelho (2023, p. 22), “a _____ contábil, seja de caráter judicial, extrajudicial ou mesmo arbitral, visa ao esclarecimento dos aspectos e dos fatos do litígio por meio de exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação ou certificação”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) regulamentação
- B) assistência
- C) perícia
- D) auditoria externa
- E) auditoria interna

QUESTÃO 23 – Em relação aos trabalhos de planejamento da auditoria, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É a etapa do trabalho na qual o auditor independente estabelece a estratégia geral dos trabalhos a executar na entidade a ser auditada, elaborando-o a partir da contratação dos serviços, estabelecendo o alcance, a época e a direção da auditoria, para orientar o desenvolvimento do plano de auditoria de modo que possa desempenhar um trabalho eficiente e eficaz.
- B) Nessa etapa, devem ser levantadas as informações necessárias para conhecer o tipo de atividade da entidade auditada, suas peculiaridades e complexidades, práticas operacionais, legislações aplicáveis, confiança nos controles internos e sistema de informações.
- C) O objetivo precípua do planejamento é determinar os riscos da auditoria e a extensão dos exames a serem efetuados no campo.
- D) A determinação quantitativa do nível de relevância não é uma questão de julgamento profissional, sendo geralmente computada com base em percentual de um item específico das demonstrações contábeis que, de acordo com parâmetros objetivos e estatísticos, pode afetar a opinião dos usuários das demonstrações contábeis, levando em consideração a natureza da entidade que está apresentando as informações contábeis.
- E) O grau de confiança nos controles internos e sistema de informação será o pilar de todo o trabalho de campo.

QUESTÃO 24 – A respeito dos princípios fundamentais de ética aplicáveis à auditoria, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Segundo o princípio da integridade, o profissional da contabilidade deve ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais nas quais esteja envolvido.
- B) O auditor deve planejar e executar a auditoria sem ceticismo profissional, ou seja, deve reconhecer que podem existir circunstâncias que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis.
- C) O profissional da contabilidade não deve realizar uma atividade profissional se uma circunstância ou relação influenciar, de forma indevida, o seu julgamento com relação a essa atividade.
- D) Quando apropriado, o profissional da contabilidade deve informar os clientes, a organização empregadora ou os outros usuários dos seus serviços ou atividades profissionais sobre as limitações inerentes aos serviços ou às atividades.
- E) Ao mudar de emprego ou obter novo cliente, o profissional da contabilidade pode usar a experiência anterior, mas não deve usar ou divulgar nenhuma informação confidencial obtida ou recebida em decorrência da relação profissional ou comercial.

QUESTÃO 25 – A respeito da documentação de auditoria e da montagem do arquivo final de auditoria, Ribeiro e Coelho (2023, p. 22) destacam que "o auditor deve montar a documentação em arquivo de auditoria e completar o processo administrativo de montagem do arquivo final tempestivamente após a data do relatório do auditor". Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Leis, regulamentos ou normas profissionais podem determinar os limites de tempo para a conclusão da montagem de arquivos finais para tipos de trabalho específicos.
- B) A conclusão da montagem do arquivo final de auditoria após a data do relatório do auditor é um processo administrativo que, em regra, não envolve a execução de novos procedimentos de auditoria nem novas conclusões; contudo, novas modificações podem ser feitas na documentação de auditoria durante o processo final de montagem se estas forem de natureza administrativa.
- C) Após a montagem do arquivo final de auditoria ter sido completada, o auditor não apaga nem descarta documentação de auditoria de qualquer natureza antes do fim do seu período de guarda dessa documentação.
- D) A documentação de auditoria fornece evidências de que a auditoria está em conformidade com as normas de auditoria, sendo indicado e praticável para o auditor documentar todos os assuntos considerados ou os julgamentos profissionais exercidos na auditoria, além de documentar separadamente a conformidade em assuntos já demonstrada por documentos incluídos no arquivo de auditoria.
- E) Um exemplo de circunstância em que o auditor pode julgar necessário modificar a documentação de auditoria existente ou acrescentar nova documentação de auditoria após ter sido completada a montagem do arquivo é a necessidade de esclarecimento da documentação de auditoria existente em resposta a comentários recebidos durante as inspeções de monitoramento executadas por partes internas ou externas.

QUESTÃO 26 – Nos termos do art. 293 do Decreto Federal nº 9.580/2018, que regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, caracteriza-se como omissão no registro de receita, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção, a ocorrência das seguintes hipóteses:

- I. Indicação na escrituração de saldo credor de caixa.
- II. Falta de escrituração de pagamentos efetuados.
- III. Manutenção no passivo de obrigações notoriamente não adimplidas.
- IV. Manutenção no passivo de obrigações cuja exigibilidade seja comprovada.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 27 – Quanto à auditoria de investimentos e do ativo imobilizado, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Na auditoria de investimentos, o auditor deve tomar cuidados especiais, além daqueles que envolvem os procedimentos comuns às demais contas do balanço, os quais são necessários em virtude das características que envolvem as operações de investimentos, especificamente relativas à legislação quanto à aquisição, aos métodos de avaliação (equivalência patrimonial, valor justo ou custo de aquisição).
- B) Tendo em vista que os bens de uso da empresa estão sujeitos a desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência, é muito importante que sejam avaliados os planos e cálculos de depreciação, bem como se os valores registrados em cada conta refletem seu respectivo valor de recuperabilidade.
- C) Cuidados especiais devem ser dedicados pelo auditor na verificação dos bens objeto de arrendamento mercantil, pois, em virtude das peculiaridades que envolvem esse tipo de operação, devem ser analisados não só os contratos, como também as incorporações, baixas, cálculos de depreciação e valor residual.
- D) De acordo com o estabelecido no inciso III, do art. 179, da Lei nº 6.404/1976, classificam-se como investimentos as contas representativas das participações permanentes em outras sociedades e dos direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa.
- E) Conforme estabelece o inciso IV, do art. 179, da Lei nº 6.404/1976, considera-se ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos ou incorpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

QUESTÃO 28 – No que diz respeito à auditoria das contas contábeis Caixa e Bancos, assinale a alternativa correta.

- A) Normalmente, a data de início da auditoria é a mesma data do encerramento do balanço objeto da auditoria; logo, 20 ou 30 dias após, o saldo de caixa reflete aquele existente no dia do fechamento do balanço.
- B) Para o auditor fiscal, o comportamento dos procedimentos relativos aos controles das contas Caixa e Bancos pode ser considerado verdadeiro termômetro capaz de permitir que seja aquilatado o grau de credibilidade de todo o sistema de controle interno, exceto dos controles fiscal e contábil da organização.
- C) Na avaliação do controle interno existente na organização visando a aquilatar a confiabilidade dos procedimentos rotineiros para essas duas contas, o auditor deve entrevistar todas as pessoas envolvidas com as disponibilidades e solicitar que cada uma delas descreva as tarefas que realizam, para que possa se inteirar da existência ou não de fragilidade nos procedimentos.
- D) A contagem do dinheiro não pode ser feita pelo funcionário da empresa auditada, responsável pelo caixa ou pelo tesoureiro quando a contagem estiver sendo efetuada na tesouraria, dispensada expressamente a presença da equipe de auditores e de outros membros da organização auditada.
- E) Para ajustar os saldos informados pelo banco com aqueles constantes da escrituração contábil, o contador elabora, anualmente, as conciliações bancárias, as quais devem ser analisadas cuidadosamente pelos auditores.

CONTABILIDADE

QUESTÃO 29 – A NBC TG – Estrutura Conceitual define conceitos, elementos, critérios de reconhecimento e mensuração, bem como características qualitativas da informação contábil. Sobre essa Norma, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O relatório financeiro para fins gerais busca fornecer informações úteis para tomada de decisões econômicas por usuários externos, e inclui descrição dos recursos econômicos da entidade e reivindicações contra ela.
- B) A estrutura estabelece que, para reconhecimento de um ativo, entre outros critérios, é necessário que seja provável a entrada de benefícios econômicos futuros para a entidade e que seu custo ou valor possa ser mensurado com confiabilidade.
- C) As características qualitativas que tornam a informação financeira útil incluem relevância e fiel representação, sendo a comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade consideradas características de melhoramento.
- D) No capítulo que trata de mensuração, a norma explica que a base do valor justo pode ser aplicada quando isso proporcionar informação mais relevante e confiável do que o custo histórico.
- E) A estrutura conceitual determina que, quando houver divergência entre uma norma contábil e esta estrutura, a norma contábil automaticamente se torna inválida e não deve ser aplicada.

QUESTÃO 30 – Uma entidade que elabora suas demonstrações contábeis conforme a NBC TG 26 (R5) possui um passivo cuja liquidação está prevista para ocorrer após os 12 meses seguintes à data de fechamento das demonstrações. Considerando as regras de apresentação e classificação dessa Norma, assinale a alternativa correta.

- A) O passivo deve ser apresentado como circulante, já que não possui exigibilidade imediata no exercício corrente.
- B) O passivo deve ser classificado como não circulante, pois sua liquidação ocorrerá após o período de 12 meses.
- C) A escolha entre apresentar o passivo como circulante ou não circulante é facultativa, desde que a política contábil seja divulgada.
- D) O passivo deve ser transferido para o patrimônio líquido quando não houver desembolso previsto no curto prazo.
- E) A segregação entre circulante e não circulante é dispensada quando o valor do passivo é considerado imaterial.

QUESTÃO 31 – Em 31/12/2024, a Cia Alfa Beta apresentava os seguintes saldos e informações para fins de classificação no Balanço Patrimonial.

- Disponibilidades: R\$ 120.000
- Clientes com expectativa de liquidação em até 15 meses: R\$ 80.000
- Empréstimo contraído com vencimento em 10 meses: R\$ 60.000
- Empréstimo contraído com vencimento em 26 meses: R\$ 150.000
- Estoques com expectativa de vendas em 8 meses: R\$ 90.000
- Outras exigibilidades com vencimento em 18 meses: R\$ 40.000

Considerando o disposto na NBC TG 26 (R5) e que o ciclo operacional da entidade é de 12 meses, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, os saldos do Ativo Circulante e do Passivo Circulante em 31/12/2024.

- A) R\$ 210.000 e R\$ 40.000.
- B) R\$ 210.000 e R\$ 60.000.
- C) R\$ 210.000 e R\$ 100.000.
- D) R\$ 300.000 e R\$ 60.000.
- E) R\$ 300.000 e R\$ 100.000.

QUESTÃO 32 – Considerando as disposições da NBC TG 03 (R3) sobre a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, assinale a alternativa correta.

- A) A apresentação da demonstração dos fluxos de caixa deve classificar os fluxos por atividades operacionais, de investimento e de financiamento, de modo a permitir aos usuários avaliarem as alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da entidade, sua liquidez e solvência.
- B) A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar exclusivamente os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, sendo facultativo divulgar separadamente os fluxos de investimento e financiamento, desde que haja nota explicativa.
- C) Os equivalentes de caixa podem incluir investimentos de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, mesmo que sujeitos a risco relevante de mudança de valor.
- D) Em transações envolvendo ativos de controladas em moeda estrangeira, os fluxos de caixa devem ser convertidos pela taxa de câmbio vigente no início do período de relatório, e eventuais ganhos e perdas não realizados devem ser incluídos como fluxos de caixa operacionais.
- E) Fluxos de caixa resultantes da aquisição de entidade por meio da emissão de ações devem ser classificados como atividades de investimento, inclusive que não envolvam desembolso de caixa, devendo constar integralmente na demonstração.

QUESTÃO 33 – Em 31/12/2021, a sociedade empresária Felicidade S.A. apresentou as seguintes informações extraídas da contabilidade para elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

- Receita bruta de vendas: R\$ 1.200.000
- Deduções da receita (impostos sobre vendas): R\$ 120.000
- Custo das Mercadorias Vendidas (CMV): R\$ 480.000
- Materiais e serviços adquiridos de terceiros: R\$ 150.000
- Perdas estimadas e recuperações: nenhuma
- Depreciação, exaustão e amortização: R\$ 60.000
- Valor adicionado recebido em transferência
- Receitas financeiras: R\$ 10.000
- Dividendos recebidos: R\$ 5.000
- Remuneração do trabalho (salários): R\$ 230.000
- Impostos, taxas e contribuições: R\$ 95.000
- Juros pagos: R\$ 40.000
- Lucros retidos do exercício: R\$ 160.000

Com base nos dados acima e nas regras da NBC TG 09, assinale a alternativa que apresenta o Valor Adicionado Total a Distribuir.

- A) R\$ 510.000.
- B) R\$ 515.000.
- C) R\$ 525.000.
- D) R\$ 535.000.
- E) R\$ 545.000.

QUESTÃO 34 – Segundo o art. 199 da Lei Federal nº 6.404/1976, “o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o _____. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) ativo total
- B) ativo financeiro
- C) resultado do exercício
- D) capital social
- E) patrimônio líquido

QUESTÃO 35 – A respeito dos critérios de reconhecimento e mensuração da depreciação, amortização e exaustão, assinale a alternativa correta com base nas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

- A) A depreciação deve ser calculada unicamente pelo método das quotas constantes, sendo vedado o uso de métodos como unidades produzidas ou soma dos dígitos, por não representarem a forma de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.
- B) A amortização aplica-se aos ativos tangíveis sujeitos a desgaste físico, enquanto a depreciação é utilizada para ativos de vida útil definida cuja substância econômica está associada a direitos e privilégios incorpóreos.
- C) A exaustão somente pode ser reconhecida quando houver de fato a exploração efetiva do recurso natural, sendo proibida quando a entidade apenas detém o direito de lavra ou concessão ainda não iniciada.
- D) Tanto a depreciação quanto a amortização devem ser iniciadas quando o ativo estiver disponível para uso pela entidade, devendo o valor depreciável ser alocado ao longo da vida útil estimada, independentemente dos padrões de utilização efetiva.
- E) O valor residual de um ativo não integra o cálculo da depreciação, devendo ser reconhecido como despesa somente no momento da baixa do bem, visto que sua determinação prévia reduz artificialmente o valor depreciável.

QUESTÃO 36 – A Cia. Alfa detém 25% das ações com direito a voto da Cia. Beta e possui influência significativa, aplicando o método da equivalência patrimonial conforme a NBC TG 18. Em 31/12/2021, a Cia. Beta apresentou Patrimônio Líquido de R\$ 1.000.000 e Lucro Líquido do período de R\$ 200.000. No período em questão ocorreram as seguintes transações entre as entidades:

- A Cia. Alfa vendeu mercadorias para a Cia. Beta com lucro total de R\$ 40.000.
- Em 31/12/2021, 50% desse estoque ainda não havia sido vendido pela Cia. Beta a terceiros.
- A Cia. Beta distribuiu R\$ 80.000 em dividendos durante o exercício.

Com base nas normas aplicáveis, assinale o valor da equivalência patrimonial a ser reconhecida pela Cia. Alfa em 31/12/2021.

- A) R\$ 40.000.
- B) R\$ 42.500.
- C) R\$ 45.000.
- D) R\$ 47.500.
- E) R\$ 50.000.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 37 – Sobre o Gerenciamento de Projetos com base no Guia PMBOK (6ª edição), analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras ou F, se falsas.

- () A área de gerenciamento dos riscos do projeto inclui processos como identificar, analisar e planejar respostas aos riscos que possam impactar os resultados do projeto.
- () No gerenciamento do cronograma, não é recomendada a decomposição das atividades em tarefas menores, pois isso aumenta a complexidade do projeto.
- () Uma das atribuições no gerenciamento das partes interessadas é garantir que todas as solicitações feitas por elas sejam imediatamente incorporadas ao escopo do projeto.
- () O gerenciamento da qualidade incorpora técnicas como auditorias e inspeções para garantir que o projeto atenda aos requisitos estabelecidos.
- () O gerenciamento de custos inclui a estimativa de custos, determinação do orçamento e o controle de custos durante a execução do projeto.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V – V – V.
- B) V – F – F – V – V.
- C) F – V – F – V – F.
- D) V – F – V – F – F.
- E) F – F – V – F – V.

QUESTÃO 38 – Sobre a notação BPMN (Business Process Model and Notation), assinale a alternativa correta.

- A) A notação BPMN se limita ao uso de diagramas simples e não suporta a modelagem de fluxos complexos com eventos e gateways.
- B) Um evento em BPMN sempre representa uma decisão que deve ser tomada durante um processo de negócio.
- C) Em BPMN, o elemento piscina (pool) é usado para representar os limites de uma organização ou participante no processo.
- D) Gateways (decisões ou pontos de junção) em BPMN têm como objetivo mostrar a sequência de tarefas concluídas sem alterar o fluxo do processo.
- E) A notação BPMN exige que todas as atividades sejam executadas sequencialmente, sem possibilidade de paralelismo de tarefas.

QUESTÃO 39 – Sobre o tema Gerenciamento de Serviço de TI, analise as assertivas abaixo:

- I. O Ciclo de Vida do Serviço, conforme definido na ITIL v3, inclui cinco fases principais: Estratégia de Serviço, Desenho de Serviço, Transição de Serviço, Operação de Serviço e Melhoria Contínua.
- II. O COBIT 5 é fundamentado em dois princípios principais: implementação de TI e automação de processos.
- III. A governança no COBIT 5 está baseada nos princípios de criação de valor, alinhamento estratégico e gestão baseada em riscos.
- IV. A Melhoria Contínua de Serviço (MCS) no contexto da ITIL v3 utiliza o Ciclo de Deming (Planejar, Fazer, Verificar, Agir - PDCA) para orientar as atividades de melhoria.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 40 – Sobre o tema Fundamentos de Engenharia de Software, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O modelo de cascata prevê o desenvolvimento iterativo e a entrega incremental de partes do software.
- B) A prototipagem é um modelo que prioriza o rápido desenvolvimento de uma versão funcional para obter feedback antes de continuar o desenvolvimento completo do sistema.
- C) No SCRUM, a equipe trabalha em períodos definidos chamados de sprints, que são fixos e possuem uma duração recomendada de 1 a 4 semanas.
- D) No contexto do Extreme Programming (XP), a prática de adotar a programação em pares como técnica para aumentar a qualidade do código constitui um de seus princípios fundamentais.
- E) O Rational Unified Process (RUP) implementa o Processo Unificado, oferecendo diretrizes específicas, disciplinas e ferramentas para suporte ao desenvolvimento de software.



Domingo de tarde

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ/RS CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

05 — AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL — BLOCO II

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. ATENTE-SE AOS AVISOS CONTIDOS NO QUADRO DA SALA E **AGUARDE O 2º SINAL SONORO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES E INICIAR A PROVA.**

2. Seus **pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal**, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER MATERIAL NÃO PERMITIDO EM EDITAL É EXPRESSAMENTE PROIBIDA, **ACARRETANDO A SUA IMEDIATA EXCLUSÃO DO CERTAME.**

3. APÓS O 2º SINAL, CERTIFIQUE-SE DE QUE:

- ESTE CADERNO DE QUESTÕES CONTÉM **40** QUESTÕES LEGÍVEIS;
- ESTE CADERNO DE QUESTÕES REFERE-SE AO **NÚMERO E AO CARGO** PARA O QUAL REALIZOU A INSCRIÇÃO;
- OS FISCAIS INFORMARAM CORRETAMENTE O **TEMPO PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE 03 HORAS.**

4. Cada questão oferece **5 alternativas** de respostas, representadas pelas letras **A, B, C, D e E**, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.

5. O CANDIDATO **DEVE ASSINAR** A(S) SUA(S) FOLHA(S) DEFINITIVA(S) DE RESPOSTA(S), **SOB PENA DE ELIMINAÇÃO.**

6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.

7. **HAVERÁ O TOQUE DO 3º SINAL SONORO DE ENCERRAMENTO DAS PROVAS**, CONFORME CONTROLE DO QUADRO DE SALA.

8. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.

9. **A RESPONSABILIDADE REFERENTE À INTERPRETAÇÃO DOS CONTEÚDOS DAS QUESTÕES É EXCLUSIVA DO CANDIDATO.**

10. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.

11. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

Controle de
QUALIDADE
Fundatec



Eco
Friendly

A Fundatec utiliza papel
com certificação florestal
e tinta biodegradável.

Concursos
fundatec
ISO 9001

DIREITO: EMPRESARIAL/CIVIL/PENAL

QUESTÃO 01 – Em relação à emancipação da pessoa natural, é correto afirmar que:

- A) Antecipa a capacidade de exercício para os atos em geral da vida civil, mas não altera os critérios de imputabilidade penal.
- B) Não dispensa a necessidade de autorização de seus pais para a realização da inscrição do emancipado como empresário individual, no registro público de empresas mercantis.
- C) Quando voluntária, pode ser revogada pelos pais antes do emancipado completar 18 anos.
- D) Pode ser concedida pelos pais ou pelo tutor, sem a necessidade de homologação judicial.
- E) Antecipa a capacidade de direito e de exercício da pessoa natural.

QUESTÃO 02 – Maria, Ana e Isabela firmaram contrato de locação de sala comercial para instalarem o seu estabelecimento profissional pelo prazo de três anos. No contrato, foi estabelecida cláusula de obrigação solidária pelo pagamento dos locativos. Encerrada a locação, restou uma dívida de R\$ 30.000,00. Maria procurou o locador e pagou parte do valor em atraso, no montante de R\$ 10.000,00. Considerando o caso apresentado, é correto afirmar que:

- A) O locador poderá cobrar o restante do valor devido de todas as devedoras.
- B) O locador poderá cobrar o restante do valor devido apenas de Ana e Isabela.
- C) Considerando que o credor aceitou parte do valor, a solidariedade é desfeita, e Ana e Isabela devem, cada uma, metade do valor ao credor.
- D) Visto que o credor aceitou parte do valor, a solidariedade é desfeita, e o credor poderá cobrar um terço do restante da dívida de cada uma das três devedoras.
- E) A aceitação do pagamento parcial implica a remissão da dívida.

QUESTÃO 03 – No curso de uma demanda judicial, o magistrado aplicou a desconsideração da personalidade jurídica da Sociedade Comercial Ltda. Nesse contexto, considerando o regramento previsto no Código Civil, é correto afirmar que a desconsideração da personalidade jurídica:

- A) Implica o cancelamento do registro da sociedade.
- B) Acarreta a dissolução da sociedade.
- C) Acarreta a falência da sociedade.
- D) Produz a responsabilidade pessoal dos sócios majoritários e de todos aqueles que atuavam como administradores da sociedade.
- E) Produz a responsabilidade pessoal dos administradores ou de sócios beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

QUESTÃO 04 – Nas sociedades limitadas, a participação de sócios incapazes é:

- A) Vedada expressamente pelo Código Civil.
- B) Permitida, exigindo que todo o capital social esteja integralizado, o incapaz seja representado ou assistido, conforme o caso, e não exerça a administração da entidade.
- C) Permitida, mesmo com o capital social não integralizado, desde que a quota social do incapaz esteja quitada, o incapaz seja representado ou assistido, conforme o caso, e não exerça a administração da entidade.
- D) Permitida somente nos casos em que o incapaz recebe quotas sociais em decorrência de direito sucessório.
- E) Permitida, podendo o incapaz exercer a administração da sociedade por representação de seu responsável legal.

QUESTÃO 05 – Sobre a sociedade cooperativa, é correto afirmar que:

- A) É sempre empresária e adquire personalidade jurídica com o arquivamento de seus atos constitutivos no Registro Público de Empresas Mercantis.
- B) Possui natureza personalíssima, sendo regida por contrato social celebrado entre os sócios.
- C) É caracterizada pela variabilidade, ou dispensa do capital social.
- D) As quotas sociais são de livre negociação a terceiros estranhos à sociedade e se transferem por herança.
- E) Os sócios não respondem por dívidas da sociedade, sendo nula a previsão estatutária de responsabilidade ilimitada dos sócios.

QUESTÃO 06 – José é empregado da Sociedade Comercial Ltda. e atua no setor financeiro da empregadora. Durante a realização de fiscalização de auditor fiscal da receita municipal de Imbé na empresa em questão, José discutiu com o servidor público e o agrediu fisicamente, causando-lhe danos físicos. Considerando as regras de responsabilidade civil previstas no Código Civil, é correto afirmar que a Sociedade Comercial Ltda.:

- A) Responde de forma subjetiva pelos danos causados pelo seu empregado, mas poderá exercer regresso em relação ao causador do dano.
- B) Responde de forma subjetiva pelos danos causados pelo seu empregado, sem possibilidade de regresso em relação ao causador do dano.
- C) Responde de forma objetiva pelos danos causados pelo seu empregado, sem possibilidade de regresso em relação ao causador do dano.
- D) Responde de forma objetiva pelos danos causados pelo seu empregado, mas poderá exercer regresso em relação ao causador do dano.
- E) Não responde pelo dano causado por José, pois o ato de agressão foi praticado fora das funções que contratualmente competem ao empregado.

QUESTÃO 07 – De acordo com o disposto na Lei de Falência e de Recuperação de Empresas, não estão sujeitos(as) à falência:

- A) Empresários individuais.
- B) Microempresas.
- C) Empresas de pequeno porte.
- D) Sociedades simples.
- E) Sociedades anônimas de capital aberto.

QUESTÃO 08 – Na recuperação judicial de empresas, o plano de recuperação econômica deve ser apresentado no prazo de _____ dias contados da publicação da decisão de deferimento do processamento do pedido recuperacional. A não observância desse prazo implica _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) 30 – indeferimento do pedido de recuperação econômica
- B) 30 – convação em falência
- C) 30 – reconhecimento da prática de crime falimentar
- D) 60 – reconhecimento da prática de crime falimentar
- E) 60 – convação em falência

QUESTÃO 09 – Júlio iniciou a execução de determinada conduta tipificada na legislação penal como crime, entretanto, por circunstâncias alheias à sua vontade, não consumou o delito. É correto afirmar que a hipótese caracteriza:

- A) Crime culposos, sujeito à punição.
- B) Tentativa de crime, não sujeita à punição.
- C) Tentativa de crime, sujeita à punição.
- D) Crime impossível, não sujeito à punição.
- E) Crime impossível, sujeito à punição.

QUESTÃO 10 – Determinado auditor fiscal da receita municipal de Imbé pratica ato ilícito no exercício de suas funções, causando prejuízo ao erário do município. É correto afirmar que na análise da conduta do servidor público, para fins de reconhecimento da prática de ato de improbidade, além de outros elementos, deverá ser verificada a presença de:

- A) Culpa, mesmo que leve.
- B) Dolo específico.
- C) Culpa grave.
- D) Imperícia.
- E) Violação de dever funcional previsto em lei, dispensada a análise de culpa ou dolo, pois é caso de responsabilidade objetiva do agente público.

DIREITO: TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 11 – Determinado Município instituiu cobrança compulsória destinada exclusivamente ao custeio da ampliação da rede de iluminação pública em bairro recém-urbanizado. A exação foi criada por lei municipal, tem por fato gerador o consumo de energia elétrica e sua base de cálculo é proporcional ao valor da conta de energia de cada imóvel beneficiado. Considerando a classificação constitucional dos tributos, assinale a alternativa correta.

- A) Trata-se de taxa de serviço, pois há divisibilidade e especificidade na prestação do serviço de iluminação pública.
- B) Configura contribuição de melhoria, uma vez que a obra de ampliação da rede gerou valorização imobiliária no bairro.
- C) É imposto municipal, já que a base de cálculo está vinculada ao consumo de energia elétrica do contribuinte.
- D) Constitui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública (COSIP), tributo de competência municipal previsto no art. 149-A da CF/88.
- E) Caracteriza empréstimo compulsório, pois o produto da arrecadação tem destinação específica à obra pública.

QUESTÃO 12 – Analise as seguintes assertivas sobre a obrigação tributária:

- I. A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais, podendo ser sujeito passivo da obrigação tributária o espólio.
- II. O domicílio tributário é eleito pelo sujeito passivo, mas a autoridade administrativa pode recusá-lo quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou fiscalização do tributo.
- III. A obrigação tributária principal tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e surge com a ocorrência do fato gerador.
- IV. As convenções particulares sobre responsabilidade tributária são oponíveis à Fazenda Pública.

Quais estão corretas?

- A) Apenas IV.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas I, II e III.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 13 – O Município notificou contribuinte para prestar declaração sobre determinado imóvel urbano para fins de lançamento do IPTU do exercício de 2025. Com base nas informações prestadas pelo contribuinte, a autoridade administrativa calculou e constituiu o crédito tributário, enviando o carnê de pagamento. Posteriormente, verificou-se que o contribuinte omitiu informações sobre benfeitorias realizadas no imóvel. Sobre a situação descrita e as modalidades de lançamento, assinale a alternativa correta.

- A) Trata-se de lançamento por declaração, sendo possível a revisão de ofício pela autoridade para incluir as benfeitorias omitidas, independentemente de prazo, por se tratar de dolo do contribuinte.
- B) Configura lançamento de ofício, não podendo ser alterado em razão do princípio da imutabilidade do lançamento tributário após a notificação ao contribuinte.
- C) É lançamento por homologação, devendo o contribuinte retificar sua declaração e recolher a diferença do tributo com acréscimos legais no prazo de 30 dias.
- D) Caracteriza lançamento misto, aplicando-se subsidiariamente as regras do lançamento por homologação para correção do valor declarado.
- E) Trata-se de lançamento por declaração, sendo possível a revisão de ofício na forma do art. 149 do CTN, configurando a omissão dolosa causa de alteração do lançamento.

QUESTÃO 14 – Determinada entidade assistencial sem fins lucrativos, que atende aos requisitos do art. 14 do CTN, adquiriu imóvel urbano destinado à construção de sua sede administrativa. Durante o período de construção, que durou 2 anos, o terreno permaneceu sem edificação. A Prefeitura Municipal lançou IPTU sobre o imóvel referente aos exercícios em que a obra esteve em andamento. Considerando a jurisprudência do STF sobre imunidade tributária, assinale a alternativa correta.

- A) A imunidade é aplicável desde a aquisição do imóvel, independentemente de estar em construção, desde que comprovada a destinação futura às atividades essenciais da entidade.
- B) A entidade deve pagar o IPTU, pois a imunidade somente se aplica após a conclusão da obra e a efetiva utilização do imóvel nas finalidades essenciais da entidade.
- C) O IPTU é devido, mas com redução de 50%, aplicando-se imunidade parcial durante o período de construção do imóvel.
- D) A imunidade não alcança a entidade por se tratar de imóvel sem edificação, aplicando-se apenas a imóveis com construção concluída e habite-se expedido.
- E) A entidade está imune ao IPTU somente após transcorridos 5 anos da aquisição do imóvel, prazo decadencial para reconhecimento da imunidade.

QUESTÃO 15 – Analise as assertivas abaixo sobre responsabilidade tributária por sucessão:

- I. A pessoa jurídica que resultar de fusão é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas fusionadas, incluindo multas moratórias e punitivas, vencidos até a data da fusão.
- II. A pessoa jurídica que incorpora outra responde apenas pelos tributos constituídos após a data da incorporação, ficando os débitos anteriores sob responsabilidade exclusiva dos sócios da incorporada.
- III. O adquirente de fundo de comércio responde subsidiariamente pelos tributos devidos pelo alienante, salvo se o alienante prosseguir na exploração de atividade no mesmo ramo, hipótese em que a responsabilidade do adquirente será solidária.
- IV. A pessoa natural que adquire imóvel responde pelos tributos que gravem o bem, sem benefício de ordem.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I, II e III.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 16 – Empresa comercial foi autuada pela Secretaria Municipal da Fazenda por suposto não recolhimento de ISS no montante de R\$ 500.000,00. A empresa, discordando da autuação, pretende impugnar o lançamento na esfera administrativa. Concomitantemente, ofereceu seguro garantia judicial em valor correspondente ao débito atualizado. Sobre as causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário na situação descrita, assinale a alternativa correta.

- A) A impugnação administrativa e o seguro garantia suspendem a exigibilidade do crédito tributário, impedindo a inscrição em dívida ativa enquanto perdurar qualquer uma das causas.
- B) O seguro garantia não suspende a exigibilidade do crédito tributário, podendo a Fazenda Pública inscrever o débito em dívida ativa e ajuizar execução fiscal.
- C) A impugnação administrativa suspende a exigibilidade apenas se a empresa depositar 30% do valor atualizado do débito como garantia do juízo.
- D) O seguro garantia somente suspende a exigibilidade se expressamente aceito pela Fazenda Pública no prazo de 30 dias da oferta.
- E) Ambas as hipóteses suspendem a exigibilidade, mas a impugnação administrativa somente durante o prazo de 90 dias para decisão.

QUESTÃO 17 – Microempresa optante pelo Simples Nacional, enquadrada no Anexo III da LC nº 123/2006, auferiu receita bruta anual de R\$ 300.000,00 no exercício de 2024. Em determinado mês, a empresa prestou serviços de reforma e manutenção predial no valor de R\$ 40.000,00, contratando para tanto mão de obra terceirizada no valor de R\$ 28.000,00. Sobre a tributação no Simples Nacional nessa situação, considerando a sistemática de cálculo, assinale a alternativa correta.

- A) A base de cálculo do Simples será de R\$ 40.000,00, aplicando-se a alíquota correspondente à faixa de receita acumulada, pois o regime não admite qualquer dedução.
- B) A empresa poderá deduzir o valor de R\$ 28.000,00 da base de cálculo, recolhendo o Simples apenas sobre R\$ 12.000,00, por se tratar de serviços com cessão de mão de obra.
- C) Aplica-se o fator (r) previsto no Anexo III, calculado pela razão entre folha de salários e receita bruta dos 12 meses anteriores, podendo resultar em tributação pelo Anexo V se o fator for inferior a 28%.
- D) A empresa será excluída do Simples Nacional por ter ultrapassado o limite de 70% de receita proveniente de cessão de mão de obra.
- E) O ISS será recolhido separadamente na forma do regime normal de tributação, permanecendo os demais tributos no Simples Nacional.

QUESTÃO 18 – Em 15 de março de 2018, ocorreu o fato gerador do IPTU. O contribuinte não declarou nem recolheu o tributo. A Fazenda Municipal efetuou o lançamento de ofício em 10 de abril de 2023, notificando o contribuinte em 20 de abril de 2023. O contribuinte não pagou o tributo nem apresentou impugnação administrativa. Em 15 de junho de 2024, a Fazenda inscreveu o débito em dívida ativa. Em 10 de maio de 2029, a Fazenda ajuizou a execução fiscal. Sobre a situação descrita, considerando os institutos da decadência e prescrição, assinale a alternativa correta.

- A) O lançamento é decadente, pois o prazo de 5 anos para lançar iniciou-se em 16 de março de 2018 e encerrou-se em 15 de março de 2023, sendo o lançamento de 10 de abril de 2023 extemporâneo.
- B) O crédito está prescrito, pois o prazo prescricional conta-se da data da inscrição em dívida ativa (15 de junho de 2024), tendo transcorrido os 5 anos em 15 de junho de 2029.
- C) O lançamento é válido, pois realizado dentro do prazo decadencial, iniciando-se a prescrição da pretensão executória em 20 de abril de 2023, data da constituição definitiva do crédito, não estando prescrito.
- D) Aplica-se a decadência do direito de a Fazenda constituir o crédito, pois o prazo de 5 anos conta-se do primeiro dia do exercício seguinte (1º de janeiro de 2019), encerrando-se em 31 de dezembro de 2023.
- E) O crédito tributário está prescrito, pois transcorreram mais de 5 anos entre a constituição definitiva do crédito (20 de abril de 2023) e o ajuizamento da execução (10 de maio de 2029).

QUESTÃO 19 – Município instituiu taxa pela prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares, tendo como fato gerador a coleta de lixo e base de cálculo o volume coletado em litros por residência. O Estado-membro, por sua vez, criou contribuição ambiental, vinculada ao licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, inclusive residências geradoras de resíduos. Contribuinte que paga ambas as exações ajuizou ação alegando bitributação. Sobre a situação descrita e o Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- A) Há bitributação inconstitucional, pois ambos os tributos têm o mesmo fato gerador (geração de resíduos), violando o princípio federativo e a repartição de competências tributárias.
- B) Não há bitributação, pois a taxa municipal vincula-se à prestação do serviço de coleta, enquanto a contribuição estadual vincula-se ao poder de polícia ambiental (licenciamento), sendo fatos geradores distintos.
- C) A contribuição estadual é inconstitucional, pois Estados não têm competência para instituir contribuições ambientais, sendo esta matéria reservada à União por força do art. 149 da CF/88.
- D) Ambos os tributos são inconstitucionais, pois residências não podem ser tributadas por taxas ambientais, aplicando-se tal exigência apenas a estabelecimentos comerciais e industriais.
- E) A taxa municipal é inconstitucional se calculada com base no volume de resíduos, devendo adotar como base de cálculo exclusivamente a metragem do imóvel.

QUESTÃO 20 – Empresa requereu à Fazenda Municipal a expedição de certidão negativa de débitos tributários para participar de licitação pública. A Fazenda verificou a existência de crédito tributário no valor de R\$ 80.000,00, cuja exigibilidade está suspensa em razão de depósito judicial integral realizado há 3 anos em ação anulatória de débito fiscal em trâmite. Diante disso, a Fazenda negou a expedição da certidão negativa. Sobre a situação descrita e considerando a disciplina legal das certidões tributárias, assinale a alternativa correta.

- A) A Fazenda agiu corretamente ao negar a certidão negativa, devendo a empresa aguardar o trânsito em julgado da ação para obter a certidão.
- B) A Fazenda deve expedir certidão positiva, informando a existência do débito, ainda que com exigibilidade suspensa, não podendo haver certidão de efeitos negativos.
- C) A empresa somente terá direito à certidão negativa se desistir da ação judicial e efetuar o pagamento do crédito tributário atualizado.
- D) A empresa tem direito à certidão positiva com efeitos de negativa, pois o crédito tributário está com exigibilidade suspensa por depósito judicial integral, nos termos do art. 206 do CTN.
- E) A certidão positiva com efeitos de negativa somente pode ser expedida em caso de parcelamento do débito, não se aplicando à hipótese de suspensão por depósito judicial.

DIREITO: ADMINISTRATIVO/CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 21 – Sobre controle de constitucionalidade e súmulas vinculantes, analise as seguintes assertivas:

- I. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) será apreciada pelo STF, na forma da lei, tendo caráter subsidiário.
- II. O STF pode aprovar súmula vinculante mediante decisão de 2/3 dos membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional.
- III. Conceder-se-á mandado de injunção quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício de direitos constitucionais.
- IV. Compete ao STF julgar Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de lei federal ou estadual e Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) de lei federal.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 22 – Um prefeito municipal nomeou seu irmão como Secretário de Educação. Posteriormente, o prefeito de um município vizinho nomeou esse mesmo irmão como assessor, em troca da nomeação do filho do segundo prefeito em cargo comissionado no primeiro município. Sobre a constitucionalidade dessas nomeações, é correto afirmar que:

- A) Ambas são válidas, pois cargos em comissão são de livre nomeação.
- B) Apenas a primeira viola a CF/88, pois a Súmula Vinculante (SV) nº 13 não alcança designações recíprocas entre municípios.
- C) Ambas violam a CF/88, conforme SV 13, que veda nepotismo e designações recíprocas em todos os entes.
- D) Apenas a segunda é inconstitucional, vedando-se acordos, mas permitindo-se nomeação de parentes.
- E) Ambas são válidas se não houver acumulação ilegal de cargos.

QUESTÃO 23 – Igreja proprietária de imóvel urbano aluga-o a uma empresa privada, aplicando integralmente os aluguéis em atividades religiosas. Município lança IPTU sobre o imóvel. Considerando a CF/88 e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- A) Há imunidade ao IPTU, pois assegura-se a imunidade a imóvel alugado se recursos aplicados nas atividades essenciais.
- B) O IPTU é devido, pois imunidade não alcança imóveis alugados a terceiros.
- C) Imunidade exige uso direto do imóvel pela entidade religiosa.
- D) IPTU é devido, pois imunidade religiosa refere-se apenas a templos de culto.
- E) Há imunidade automática por tratar-se de entidade religiosa.

QUESTÃO 24 – Estado institui auxílio-alimentação de natureza indenizatória para servidores ativos. Servidores aposentados pleiteiam a extensão do benefício. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) O benefício deve ser estendido aos inativos pelo princípio da isonomia.
- B) Conforme entendimento vinculante do STF, o auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.
- C) Há direito dos inativos pela paridade do art. 40, parágrafo 8º, da CF/88.
- D) Depende de previsão legal expressa para extensão aos inativos.
- E) É direito social fundamental aplicável a todos os servidores.

QUESTÃO 25 – Estado cria adicional de 2% de ICMS para Fundo de Combate à Pobreza, nos termos do art. 82 do ADCT. Ajuizada ADI alegando inconstitucionalidade. Considerando a CF/88 e o Tema 1.305 do STF (RE 592.152), assinale a alternativa correta.

- A) ADI procedente, pois adicional de ICMS para tal fim não tem respaldo constitucional.
- B) ADI procedente por violação à anterioridade tributária.
- C) ADI procedente por violação ao pacto federativo e repartição municipal de receitas.
- D) ADI parcialmente procedente quanto à anterioridade, mas improcedente quanto à criação do adicional.
- E) ADI improcedente, pois o STF validou adicionais de ICMS para Fundos de Combate à Pobreza à luz da Emenda Constitucional nº 42/2003.

QUESTÃO 26 – Durante auditoria fiscal, foi constatado que determinado Município contratou empresa de consultoria tributária mediante dispensa de licitação, com fundamento na urgência decorrente de paralisação de serviços essenciais. O contrato teve vigência de 180 dias. Considerando a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- A) A dispensa por emergência ou calamidade pública autoriza contratação com prazo de vigência de até 1 ano, sendo admitida prorrogação por igual período.
- B) A situação descrita não se enquadra em nenhuma hipótese de dispensa prevista na Lei, uma vez que serviços de consultoria tributária não são considerados essenciais.
- C) A dispensa é válida, mas o prazo de vigência do contrato não pode ser superior a 180 dias, vedada a prorrogação.
- D) Tratando-se de contratação emergencial, é dispensável a instrução prévia do processo, bastando a caracterização da urgência para legitimar a contratação.
- E) A contratação emergencial exige que o contratado não tenha participado de situação emergencial da mesma natureza nos últimos 5 anos.

QUESTÃO 27 – Durante fiscalização tributária, o auditor fiscal constatou que um servidor público foi nomeado para cargo efetivo sem prévia aprovação em concurso público. O ato de nomeação foi praticado há 8 anos e o servidor vem exercendo regularmente suas funções. Considerando a jurisprudência do STF consolidada nas Súmulas Vinculantes nº 3 e nº 13, assinale a alternativa correta sobre a situação jurídica do ato.

- A) O ato de nomeação é anulável, podendo ser convalidado pela Administração em razão do decurso do tempo e da boa-fé do servidor.
- B) O ato é nulo e deve ser anulado pela Administração, independentemente do tempo decorrido, não gerando qualquer direito ao servidor, inclusive em relação às verbas já recebidas.
- C) O ato é nulo, mas a declaração de nulidade não atinge os efeitos patrimoniais anteriores à decisão, salvo comprovada má-fé do servidor.
- D) Após 5 anos da nomeação, opera-se a prescrição da pretensão anulatória da Administração, consolidando-se a situação jurídica do servidor.
- E) O ato pode ser revogado pela Administração por razões de conveniência e oportunidade, independentemente de processo administrativo.

QUESTÃO 28 – O auditor fiscal, no exercício regular de suas atribuições, lavrou auto de infração contra contribuinte por suposta sonegação tributária. Após processo administrativo regular, a autuação foi mantida. O contribuinte ajuizou ação anulatória e obteve sentença favorável, transitada em julgado, que reconheceu a inexistência da infração. Em seguida, propôs ação de indenização por danos morais contra o Estado, alegando abalo à sua reputação comercial. Considerando a jurisprudência do STF sobre responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- A) O Estado responde objetivamente pelos danos, independentemente de dolo ou culpa do agente público, bastando a comprovação do nexo causal entre a autuação e o dano moral.
- B) A responsabilidade do Estado é subjetiva em casos de atos de fiscalização tributária, exigindo-se a comprovação de dolo ou culpa do auditor fiscal.
- C) Não há responsabilidade civil do Estado por atos praticados em fiscalização tributária regular, ainda que posteriormente anulados judicialmente, salvo se comprovado erro grosseiro.
- D) O simples fato de a autuação ter sido anulada judicialmente gera presunção absoluta de ilegalidade do ato e responsabilidade objetiva do Estado.
- E) A responsabilidade do Estado é solidária com o agente público, respondendo ambos objetivamente perante o contribuinte lesado.

QUESTÃO 29 – Durante fiscalização, o auditor constatou que uma empresa privada praticou atos lesivos à Administração Pública mediante pagamento de vantagem indevida a agente público. A empresa possui programa de integridade e colaborou com as investigações, fornecendo informações relevantes. Considerando a Lei nº 12.846/2013, analise as assertivas abaixo:

- I. A responsabilização da pessoa jurídica independe da responsabilização individual dos seus dirigentes, sendo de natureza objetiva nos âmbitos administrativo e civil.
- II. A existência de programa de integridade efetivo é causa obrigatória de redução das sanções administrativas aplicáveis.
- III. O acordo de leniência pode isentar a pessoa jurídica das sanções previstas na Lei, desde que haja a efetiva colaboração com as investigações.
- IV. A pessoa jurídica pode ser responsabilizada mesmo quando o ato lesivo for praticado por terceiro a ela vinculado, como representante ou preposto.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 30 – A Lei nº 13.848/2019 estabeleceu normas de organização e funcionamento das agências reguladoras. Sobre a referida lei, assinale a alternativa correta.

- A) Os mandatos dos dirigentes das agências reguladoras são de 3 anos, admitida uma única recondução consecutiva por igual período.
- B) A exoneração imotivada de dirigente de agência reguladora é admissível nos primeiros 6 meses de mandato, período em que não há garantia de estabilidade.
- C) A análise de impacto regulatório é obrigatória para edição de atos normativos de caráter geral, exceto quando a proposta decorrer de determinação legal.
- D) As agências reguladoras devem realizar consulta pública antes da edição de atos normativos, sendo admitida sua dispensa apenas em casos de urgência e relevante interesse público.
- E) A indicação de dirigente de agência reguladora não depende de aprovação pelo Senado Federal, bastando a nomeação pelo Chefe do Poder Executivo.

LEGISLAÇÃO: MUNICIPAL/TRIBUTÁRIA

Para responder às questões 31 a 34, considere a Lei Orgânica Municipal de Imbé, de 25 de novembro de 1998, e suas respectivas alterações.

QUESTÃO 31 – Em relação às normas e princípios que orientam a Administração Pública Municipal, assinale a alternativa correta.

- A) A remuneração e os subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, excluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- B) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- C) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável exclusivamente nos casos de dolo.
- E) A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

QUESTÃO 32 – Sobre o processo legislativo em âmbito municipal, analise as assertivas a seguir:

- I. O Prefeito poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei sobre qualquer matéria de sua competência, as quais, se assim o solicitar, deverão ser apreciadas dentro de 45 dias, a contar do recebimento.
- II. A Câmara de Vereadores, mediante requerimento subscrito pela maioria absoluta de seus membros, pode retirar da ordem do dia, em caso de convocação extraordinária, projeto de lei que não tenha tramitado, no mínimo, 30 dias.
- III. O projeto de lei, se aprovado, será enviado ao Prefeito, no prazo de 30 dias, que, aquiescendo, em igual prazo o sancionará.
- IV. A matéria constante de projeto de lei rejeitado poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria simples dos integrantes da Câmara de Vereadores.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 33 – São exemplos de competências privativas do Prefeito Municipal, EXCETO:

- A) Fixar os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais.
- B) Nomear os membros dos Conselhos Municipais.
- C) Expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis.
- D) Nomear e exonerar os secretários do Município.
- E) Expor, por ocasião da abertura da sessão legislativa anual, a situação do Município e os planos de governo.

QUESTÃO 34 – Sobre o sistema tributário do Município de Imbé, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio e as atividades econômicas do contribuinte.
- B) A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes da utilização de seus bens, serviços e atividades e de outros preços e tarifas.
- C) A concessão de anistia ou remissão fiscal, no penúltimo e último exercício de cada legislatura, só poderá ser admitida no caso de calamidade pública.
- D) O contribuinte terá prazo de 15 dias para interposição de recurso.
- E) Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo municipal, sem prévia notificação.

Para responder às questões 35 a 40, considere as disposições da Lei Municipal nº 570/1984 (Código Tributário do Município de Tramandaí), adotado para o Município de Imbé por meio da Lei Municipal nº 001/1989 e suas respectivas alterações.

QUESTÃO 35 – Segundo o art. 72, § 2º, do Código Tributário Municipal: “Considera-se _____ do Município a atividade da administração pública limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) discricionariedade
- B) competência
- C) ato administrativo
- D) função de regulação
- E) poder de polícia

QUESTÃO 36 – Assinale a alternativa correta sobre o Cadastro Imobiliário Urbano.

- A) Em imóvel edificado, com um ou mais pavimentos, a inscrição será conjunta, observadas as características próprias de cada unidade predial autônoma ou de uso distinto que o integre.
- B) É obrigatória a inscrição do imóvel, sito na zona urbana ou como tal definida, abrigando-se registro próprio para cada unidade, principal ou dependentes, e do contribuinte no cadastro imobiliário urbano, mesmo que sejam beneficiadas por imunidade ou isenção fiscal.
- C) Para efeitos tributários, cada unidade autônoma, com suas dependências próprias, será tratada como imóvel em conjunto, cabendo ao contribuinte ou responsável pagar impostos, taxas e emolumentos, na forma dos respectivos lançamentos.
- D) O requerimento de inscrição dispensa a juntada de planta ou “croquis” que defina as medidas lineares, a área e a situação do imóvel na respectiva quadra, logradouro, setor ou loteamento.
- E) O contribuinte ou responsável é obrigado a comunicar, sob pena de nada poder reclamar contra o Município, as alterações ocorridas no imóvel, no prazo de 90 dias.

QUESTÃO 37 – Considerando as regras de definição de domicílio fiscal previstas no art. 125 do Código Tributário Municipal, assinale a alternativa correta.

- A) Se a pessoa física não declara domicílio fiscal e seu local de residência não é conhecido, considera-se primeiramente como domicílio o local onde se situam os bens que originaram a obrigação tributária.
- B) Para pessoa jurídica de direito público, qualquer de suas repartições administrativas pode ser considerada domicílio fiscal.
- C) Para pessoa jurídica de direito privado, considera-se domicílio fiscal exclusivamente o endereço da sede da administração central.
- D) A autoridade administrativa não pode recusar o domicílio fiscal declarado pelo contribuinte, ainda que isso dificulte a fiscalização, devendo respeitar a indicação do contribuinte.
- E) Na falta de domicílio declarado, o domicílio fiscal da pessoa física será o local onde se situam seus bens, independentemente de sua residência habitual.

QUESTÃO 38 – Com base nas obrigações previstas no art. 128 do Código Tributário Municipal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O contribuinte deve comunicar à Fazenda Municipal, no prazo de 30 dias, qualquer alteração que possa gerar, modificar ou extinguir obrigação tributária.
- B) Mesmo nos casos de isenção, o beneficiário permanece sujeito às obrigações acessórias previstas em lei.
- C) O contribuinte deve conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, documentos relacionados ao fato gerador ou que comprovem a veracidade das informações prestadas.
- D) A obrigação de prestar informações ao fisco existe quando tais informações forem apresentadas espontaneamente pelo contribuinte, não podendo, em regra, ser exigidas pela autoridade fiscal.
- E) O contribuinte deve apresentar declarações, guias e escrituração em livros próprios dos fatos geradores, conforme normas do Código e regulamentos fiscais.

QUESTÃO 39 – Conforme o art. 152 do Código Tributário Municipal, o contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

- I. Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou a menor que o devido, em face do Código Tributário, da natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador, efetivamente, ocorrido.
- II. Cobrança efetuada em unicidade.
- III. Erro na identificação do contribuinte, na determinação de alíquota aplicável, no cálculo do montante do tributo, na elaboração e conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.
- IV. Reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Quais estão corretos?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 40 – Sobre o Processo Fiscal e Administrativo no âmbito do Sistema Tributário Municipal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, no prazo de 30 dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados à hasta pública ou a leilão.
- B) Verificando-se omissão de pagamento de tributo ou qualquer infração de lei ou regulamento, será expedida, contra o infrator, intimação preliminar para que, no prazo de 3 dias, regularize a situação.
- C) Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser, imediatamente, autuado quando for encontrado no exercício de atividade tributável, sem prévia inscrição ou alvará de licença.
- D) Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário para o Prefeito, interposto no prazo de 10 dias, contados da ciência da decisão, pelo autuado ou reclamante, pelo autuante ou pelo funcionário que houver produzido a defesa, nas reclamações contra lançamento.
- E) Não sendo proferida decisão, no prazo legal nem convertido o julgamento em diligência, poderá, a parte, interpor recurso de apelação, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a reclamação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

